

## política

# Concessão do Dmae deve ser concluída em 2026

Projeto da prefeitura repassa parte dos serviços à iniciativa privada



EDERSON NUNES / CMPA / JC

Proposta do Executivo de parceria do departamento com o setor empresarial foi apresentada aos vereadores

## / SANEAMENTO

Fabrine Bartz

fabrineb@jcrs.com.br

A concessão parcial do Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae) deve entrar em vigor apenas no início do próximo ano. A informação foi confirmada pelo secretário-geral de Governo, André Coronel, ontem. O projeto, apresentado aos vereadores da base nesta semana, repassa parte dos serviços prestados à iniciativa privada.

Em um primeiro momento, trata-se de uma lei autorizativa, o que permite que a prefeitura dê início à busca de um parceiro privado. “Apresentamos o projeto para base. Agora, queremos fazer uma ampla discussão com servidores

do Dmae, conduzidos pelo prefeito Melo”, complementa Coronel. A reunião deve ocorrer nos próximos dias, após o retorno do diretor-geral do Dmae, Bruno Vanuzzi, dos Estados Unidos.

Dessa forma, ficam sob gestão do poder público a captação e tratamento da água, a drenagem urbana e o sistema de proteção contra cheias. “Queremos buscar velocidade nas obras de esgoto, que é uma dificuldade que temos tradicionalmente”, alega.

Os interessados pela concessão parcial do Dmae ainda não foram divulgados. Durante a reunião desta semana, realizada de forma fechada, o prefeito Sebastião Melo (MDB) detalhou o texto também ao diretor-geral adjunto do Dmae, Vicente Perrone, e ao diretor de Inovação, Parcerias e Novos Negócios,

Matheus Rocha.

O texto deve ser protocolado até o final do mês e tramitar por pelo menos 90 dias antes de ser votado em plenário. Para não ser barrado na justiça, o secretário-geral de governança explica que todos os passos serão seguidos, com base na Lei Orgânica. “Temos o cuidado para cumprir rigorosamente os trâmites legais, legislativos, sobre esse tema. Como o projeto de lei tem impacto ambiental, a Lei Orgânica do município determina que ele precisa tramitar por 90 dias na Câmara de Vereadores e audiências públicas precisam ser feitas”, complementa.

Segundo o Marco Legal do Saneamento, até 2033, 99% da população brasileira deve ter acesso à água tratada e 90% à coleta e tratamento de esgoto.

## Aprova indicação para representar as concessionárias na Agergs

### / AGÊNCIA DE REGULAÇÃO

Bolívar Cavalari

bolivarc@jcrs.com.br

Os deputados estaduais gaúchos aprovaram ontem, por unanimidade, a indicação de Ricardo Giuliani Neto para compor o Conselho Superior da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (Agergs). Giuliani foi indicado pelo governador Eduardo Leite (PSDB) e representará as concessionárias de serviços públicos do Estado.

“Eu necessariamente vou representar as concessionárias, assim como o representante dos consumidores necessariamente representará os consumidores. Agora, o fato de representar as concessionárias não elimina nem a lei, e nem os contratos que as concessionárias firmaram com o Estado”, disse o futuro conselheiro da Agergs, que ainda precisa da aprovação do governador para integrar o colegiado, algo que deve acontecer nos próximos dias. Ele foi cumprimentado na sessão pelo líder do governo, deputado Frederico Antunes (PP).

A Agergs é uma autarquia que atua na regulação de áreas como saneamento, energia elétrica, concessões rodoviárias, hidrovias, irrigação, transportes intermunicipais de passageiros e estações rodoviárias.

rias. No ano passado, a agência passou por uma reestruturação, proposta pelo goveno Leite, e que mudou a forma em que se compõe o seu Conselho Superior, que é responsável por deliberar matérias de sua competência.

Antes da reestruturação, o governo do Estado tinha o direito de indicar três dos sete representantes da Agergs. Após, o Piratini passou a ter cinco indicações, formando, assim, maioria absoluta de representantes para votações deliberativas. As outras duas cadeiras são ocupadas por um indicado pelos delegatários de serviços públicos e pelo Conselho Estadual de Defesa do Consumidor.

Para o novo indicado ao colegiado, a prioridade da Agência é garantir a entrega de serviços públicos. “O que o regulador tem que fazer é que o contrato de fato entregue para a sociedade os serviços que se precisa”, disse Giuliani.

Ricardo Giuliani Neto é graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1991), especialista em Direito Privado pela Pucrs, mestrado em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2002) e doutorado em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2007). É professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e advogado.

FELIPE DALLA VALLE/DIVULGAÇÃO/JC



Ricardo Giuliani (e) é cumprimentado pelo deputado Frederico Antunes

## Assembleia adere à campanha nacional Feminicídio Zero

### / PODER LEGISLATIVO

No marco dos 10 anos da Lei do Feminicídio, instituída em 2015, a Assembleia Legislativa aderiu, formalmente, à Campanha Feminicídio Zero – Nenhuma violência contra a mulher será tolerada, do Ministério das Mulheres. O parlamento gaúcho é o primeiro do País a se juntar à mobilização nacional, cujo propósito é promover mudanças culturais e comportamentais para enfrentar a violência de gênero no país. A Carta Compromisso de Mobili-

zação Nacional pelo Feminicídio Zero foi assinada pelo presidente do Poder Legislativo, Pepe Vargas (PT), pela ministra das Mulheres, Aparecida Gonçalves, e pela coordenadora da Força-Tarefa contra o Feminicídio, vinculada à Comissão de Segurança, Serviços Públicos e Modernização do Estado, Stela Farias (PT).

A ministra das Mulheres disse que o combate à violência de gênero exige mudanças individuais e coletivas, a começar pelo rompimento do silêncio diante das agressões e reforçou

os números de denúncia: 190 ou 180. Aparecida Gonçalves afirmou que as características da violência contra a mulher têm mudado no decorrer dos anos, com visível aumento da crueldade.

A ideia de promover a adesão do Parlamento do Rio Grande do Sul à campanha nacional partiu da deputada Stela Farias, e também por proposição da petista está em cartaz no Poder Legislativo da exposição fotográfica Arrancadas de Nós – O feminicídio e as histórias que precisam ser contadas.

## Balanço Geral do Estado é entregue aos deputados pela equipe da Sefaz

### / CONTAS PÚBLICAS

O Balanço Geral do Estado do Rio Grande do Sul (BGE), referente ao exercício de 2024, foi apresentado ao Parlamento gaúcho nesta terça-feira pela equipe da Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz). O documento foi recebido pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Pepe Vargas (PT), que agra-

deceu a apresentação e colocou o BGE à disposição dos parlamentares da Casa. O documento agora segue para análises nas Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça.

Elaborado pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage), que integra a Prestação de Contas do Governo, o BGE foi disponibilizado em formato digital e pode ser conferido ao consultar a página da Cage.